



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Assessoria Especial de Controle Interno

Ata da 2ª Reunião Ordinária do Comitê de Controle Interno Administrativo - 2022

Data: 26/04/2022	Hora de Início: 15h40
Local: Plataforma Microsoft Teams	Hora de Término: 17h00

UNIDADES PARTICIPANTES:

Assessoria Especial de Controle Interno - AECI
Secretaria-Executiva - SE
Subsecretaria de Administração - SAA
Coordenação-Geral de Logística - CGL
Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUS
Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD
Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP
Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN
Secretaria de Operações Integradas - SEOPi
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN
Arquivo Nacional - AN
Polícia Federal - PF
Polícia Rodoviária Federal - PRF
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, às 15h40 horas, por meio da plataforma Microsoft Teams, reuniram-se virtualmente os representantes das unidades acima relacionadas para discussão e apresentação dos seguintes assuntos: 1) resultado do monitoramento das recomendações da CGU por meio do Sistema e-Aud; 2) recomendações e determinações do TCU via Sistema Conecta; 3) Pauta de julgamento do TCU de Tomada de Conta; 4) Relatório de Gestão Integrado do exercício de 2021; 5) atualização do Rol de Responsáveis; 6) Governança de Contratação no MJSP; e 7) Plano de Integridade e Boletim de Integridade do MJSP. O Sr. Cláudio Antônio de Almeida Py, chefe da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI, procedeu à abertura da reunião, esclarecendo que a reunião seria gravada e disponibilizada a todos os participantes. Prosseguiu explicando que a finalidade do Comitê de Controle Interno Administrativo do MJSP é tratar especificamente do acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCU e pela CGU, bem como manter os gestores informados sobre assuntos da área de controle, integridade e riscos. Em seguida, apresentou a pauta da reunião, conforme detalhada abaixo:

1) Apresentação dos resultados do monitoramento das determinações e recomendações contidas no Sistema e-Aud/CGU - O Sr. Cláudio Py informou que a AECI realiza o acompanhamento das recomendações/determinações emitidas pelos órgãos de controle, bem como realiza tratativas junto à Controladoria-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União. Quanto às recomendações da CGU inseridas no sistema e-Aud, apresentou os resultados das ações das unidades referentes ao primeiro trimestre de 2022, demonstrando a evolução no atendimento desde dezembro de 2021 a 30 de março de 2022. afirmou que houve redução no total de recomendações em monitoramento, apresentando uma melhora significativa quando comparado com o exercício anterior. Atualmente, o MJSP apresenta um total de 108 (cento e oito) recomendações. Em seguida, apresentou o quantitativo de recomendações em monitoramento de cada unidade, ressaltando aquelas que se encontram para providências do gestor, totalizando 64 (sessenta e quatro) recomendações. Recomendou aos gestores providências tempestivas naquelas que restam para o seu total atendimento. Neste momento, parabenizou a PRF e o CADE por não possuírem nenhuma recomendação para providências do gestor. Por fim, disse que a CGU finalizou o monitoramento de algumas recomendações, contudo recomendou à AECI que se manifestasse em relação a determinadas medidas adotadas por este Ministério. Finalizou afirmando que irá fazer uma avaliação sobre o assunto.

2) Recomendações e determinações do TCU via Sistema Conecta - O Sr. Cláudio Py apresentou o panorama de comunicações processuais emitidas pelo TCU às unidades deste Ministério, compreendendo o primeiro trimestre de 2022, que totalizaram 118 (cento e dezoito), englobando representações, denúncias, relatórios de auditoria, prestação de contas etc. Em seguida, apresentou a situação das comunicações que se encontram pendentes de resposta, que totalizam 4 (quatro) comunicações, mas estão dentro do prazo para resposta. Por fim, parabenizou as unidades pelo atendimento das determinações do TCU.

3) Pauta de julgamento do TCU de Tomada de Contas - O Sr. Cláudio Py informou que a AECI tem selecionado algumas pautas de julgamento que tratam de Tomada de Contas sobre os assuntos que podem ter repercussões no âmbito do MJSP, como por exemplo, denúncias e representações acerca de possíveis irregularidades. Informou que tais pautas estão sendo encaminhadas às unidades via processo SEI. Em seguida, como exemplo, citou 2 (duas) pautas de julgamento pelo Plenário, realizadas no dia 27 de abril de 2022, referentes aos processos TCs 014.760/2021-5 e 040.519/2021-0, que tratam de representação e denúncia, respectivamente, acerca de possíveis irregularidades na condução do pregão eletrônico para registro de preços, cujo objeto é a aquisição de solução de inteligência em fontes abertas, mídias sociais, deep e dark web.

4) Relatório de Gestão Integrado do exercício de 2021 - O Sr. Cláudio Py disse que o Relatório de Gestão do exercício de 2021 encontra-se disponibilizado no site do MJSP, podendo ser acessado por meio do link <https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>. Apresentou o referido Relatório, destacando a mensagem do Ministro da Justiça e Segurança Pública, em que contém os principais resultados alcançados frente aos objetivos e às prioridades da gestão de 2021. Por fim, enfatizou a necessidade de atualização das informações no site do MJSP. Esclareceu que as áreas têm que atualizá-las durante o ano inteiro, ressaltando que algumas exigem atualizações mensais. Com as novas regras estabelecidas pelo TCU, aumentou a necessidade de disponibilizar tais informações sempre atualizadas no Business Intelligence - BI do MJSP.

5) Atualização do Rol de Responsáveis - O Sr. Cláudio Py apresentou o panorama da última atualização de cada unidade, referente à posição de março de 2022. afirmou que todas as unidades encaminharam as informações solicitadas pela AECI acerca do rol de responsáveis. Em seguida, ressaltou que a atualização deve ser feita de forma trimestral, enfatizando a importância de sempre manter atualizadas as informações, tendo em vista a necessidade de colocá-las no processo de contas.

6) Governança de Contratação no MJSP - O Sr. Rogério Xavier, Subsecretário de Administração da SAA/SE, explanou sobre a Governança de Contratação no âmbito do MJSP, ressaltando que a temática tem sido objeto de constante aprimoramento, visando à efetividade das compras públicas. afirmou que o Ministério possui estruturas internas para tratar especificamente da temática, como o Comitê de Governança Administrativa - CGA e a Comissão de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - CPGC. Em seguida, a Sra. Débora Januário, Coordenadora-Geral da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGL, discorreu sobre o conceito de governança com base no Referencial Básico de Governança Organizacional do TCU, 3ª Versão, 2020. Também explanou sobre os normativos legais que regem especificamente a Governança nas Contratações, explicitando o Decreto nº 9.203/2017, a nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, e a Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021. No âmbito do MJSP, citou a Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022, que organiza o processo decisório quanto à gestão estratégica, à gestão de riscos e controles internos, à integridade, à gestão de políticas públicas, à transparência e gestão administrativa. A referida Portaria estabeleceu as instâncias de governanças do MJSP, dentre as quais o Comitê de Governança Administrativa - CGA, ao qual está subordinada a Comissão de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - CPGC, instituída pela Portaria MJSP nº 405/2020. Esclareceu que o MJSP possui um modelo de contratações descentralizado, dispondo de 8 macrounidades administrativas, a saber: SE, SEGEN, DEPEN, PF, PRF, AN, FUNAI e CADE. afirmou que o Ministério tem como estratégia o compartilhamento de suas contratações. Em seguida, apresentou os desafios de um modelo de contratações descentralizado, que são: padronização na instrução dos processos; padronização de especificações de objetos e serviços a serem contratados; e mitigar erros materiais. Informou ainda que a governança das contratações encontra-se no nível estratégico, sendo considerada um projeto estratégico do MJSP, denominado "Revisão e Padronização do metaproceto de Contratação no MJSP", inserido no Planejamento Estratégico - PE do MJSP 2016-2019 e 2020-2023. Prosseguiu explanando sobre as principais dificuldades encontradas no processo de governança das contratações, que são: cumprimento dos prazos estabelecidos pela SE; entrega das informações nos padrões estabelecidos pela CPGC; comprometimento com a Prestação de Contas em relação ao PAC-MJSP, cumprimento das diretrizes estabelecidas em relação à solicitação e aprovação de contratações excepcionais, nos termos da Portaria nº 405/2020, dentre outras. Por fim, solicitou patrocínio do Controle Interno e da alta administração, objetivando o alinhamento com as Instâncias de Supervisão de Gestão de Riscos e Controles Internos do MJSP para o cumprimento efetivo dos prazos e das diretrizes referentes à Governança das Contratações. Na sequência, o Sr. Rogério Xavier (SAA) reforçou as dificuldades apresentadas, sobretudo a falta de padronização dos fluxos estabelecidos e o não cumprimento dos prazos. Ressaltou a importância do apoio das instâncias de controle interno e do uso dos instrumentos de governança, bem como a vantajosidade das compras compartilhadas, em termos de economia processual e de pessoal. Em seguida, o Sr. Cláudio Py reforçou a necessidade do cumprimento do prazo tempestivamente e se comprometeu a trabalhar junto à SAA, para a solução das questões apresentadas.

5) Programa de Integridade - O Sr. Cláudio Py informou que o Plano de Integridade foi atualizado em fevereiro de 2022 e encontra-se em sua 3ª edição, podendo ser acessado por meio do link <https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/Programa%20de%20Integridade>. Ressaltou a importância de dar conhecimento do Plano aos seus servidores. Em seguida, apresentou o conteúdo da 2ª edição do Boletim de Integridade, que tem por objetivo informar periodicamente sobre as ações de integridade realizadas pelas unidades do MJSP. Solicitou às unidades a ampla divulgação do Boletim junto aos seus servidores. Por fim, informou que a AECI está desenvolvendo medidas para a Continuidade de Negócio, a serem submetidas à apreciação dos dirigentes das unidades do MJSP.

Por fim, o Sr. Cláudio Py abriu a palavra para os participantes, porém não se manifestaram; apenas houve esclarecimento de dúvida e informação no próprio chat do Teams.

Assim, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Karina de Ulhoa Soares, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada eletronicamente, no respectivo processo SEI, por todos os presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 16/05/2022, às 09:50, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA DE ULHOA SOARES, Chefe da Divisão de Gestão de Controle**, em 16/05/2022, às 09:51, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Agrício da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 20/05/2022, às 14:06, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LICIO JOAQUIM DA SILVA REGO, Chefe da Assessoria de Gestão de Riscos**, em 20/05/2022, às 14:27, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **HELENA MELO MOURA, Coordenador(a) de Administração**, em 20/05/2022, às 16:13, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 23/05/2022, às 11:13, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE SOUZA JANUARIO, Coordenador(a)-Geral de Licitações e Contratos**, em 23/05/2022, às 14:47, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Henrique Roca Pires, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 31/05/2022, às 14:36, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MAURO ANDRÉ KAISER CABRAL, Chefe de Gabinete da Secretaria de Operações Integradas**, em 15/06/2022, às 11:20, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Luana Quitéria Magalhães Hatsumura, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva**, em 08/07/2022, às 14:51, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO RODRIGUES MACÊDO, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça - Substituto(a)**, em 30/08/2022, às 13:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **17907316** e o código CRC **9E1F7212**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.